

12 NOV 1991

Boas notícias na economia

JORNAL DO BRASIL

● *INPC de outubro fica em 21,6%, leilão de NTNs tem sucesso e Mafersa é privatizada*

BRASÍLIA — Ontem foi um dia de boas notícias para o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira. Depois de ser informado do sucesso do leilão de Notas do Tesouro Nacional (NTNs) e da tranquila privatização da Mafersa, o ministro recebeu uma ligação do IBGE informando que o INPC de outubro ficou em 21,6%, o que, para ele, confirma a tendência de estabilização inflacionária. O índice ficou bem abaixo do IPC da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas de São Paulo (Fipe), que anunciou 25,17% na semana passada, e do IGP da Fundação Getúlio Vargas, com 25,85%.

O ministro informou o presidente Fernando Collor durante todo o dia sobre o andamento dos leilões de NTNs e da Mafersa e, no final, ligou para falar do INPC, aproveitando para informar que o dólar do paralelo tinha caído. Para os assessores do Ministério da Economia, o leilão de NTNs trouxe uma surpresa: o mercado não se interessou por títulos com indexação cambial. As propostas de compra de papéis corrigidos pelo IGP-M foram 38 vezes maiores que as ofertas para NTNs com reajuste cambial.

Mais cedo, Marcílio recebeu a primeira minuta da carta de intenções que vem sendo negociada com o Fundo Monetário Internacional. O secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, fez um relato positivo dos acertos com o FMI e manifestou sua im-

pressão de que até quarta-feira estará tudo resolvido a nível técnico com o Fundo. Depois disso, faz-se a redação final da carta de intenções e do memorando técnico de entendimentos. A assinatura da carta pela direção do FMI dependerá apenas da aprovação da reforma fiscal de emergência pelo Congresso Nacional.

Salários — O INPC de 21,6% de outubro garante que a parcela de até três salários mínimos dos salários com data-base em março, julho e novembro receberá neste mês 21,2%, que é a diferença entre o INPC real de setembro e outubro e a antecipação de apenas 16% dada pelo governo. Isto significa que esses trabalhadores ganharão no mínimo Cr\$ 8.904 e um máximo de Cr\$ 26.712. A parcela que supera os três salários mínimos não tem direito ao reajuste, conforme a lei salarial. O salário mínimo de Cr\$ 42 mil também fica de fora, assim como os salários do funcionalismo público federal e estadual.

Além dessa diferença salarial para quem tem data-base em março, julho e novembro, assalariados com data-base em janeiro, maio e setembro têm direito a uma antecipação de 23%, anunciada no início do mês pelo ministro da Economia. Nenhum empregado com data-base em meses pares terá oficialmente este mês qualquer reajuste de salários, conforme a lei salarial. Eles podem obter antecipações em negociação com seus patrões.